

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 891, DE 2023

(Apensado: PL nº 2.494/2019)

Dispõe sobre a adoção de bens, equipamentos comunitários e espaços livres de uso público por pessoas físicas ou por entidades públicas e privadas; altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a adoção de bens, equipamentos comunitários e espaços livres de uso público por pessoas físicas ou por entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Podem ser objeto de adoção os seguintes bens, equipamentos comunitários e espaços livres de uso público:

- I - logradouros públicos;
- II - áreas verdes;
- III - parques urbanos;
- IV - jardins;
- V - praças;
- VI - rotatórias;
- VII - estacionamentos;
- VIII - canteiros centrais de avenidas;
- IX - pontos turísticos;
- X - espaços esportivos;
- XI - ginásios;



XII - estádios;

XIII - monumentos;

XIV - placas de sinalização.

Art. 2º Para os fins no disposto nesta Lei, considera-se adoção o conjunto de medidas para a manutenção, restauração e conservação de instalações públicas já existentes, tendo como contrapartida a possibilidade de associação de nome, espaço de publicidade ou uso do direito de imagem do bem, equipamento ou espaço adotado.

Art. 3º O procedimento de adoção será iniciado mediante provocação do interessado, que deve apresentar ao poder público o projeto de investimento específico para a manutenção, restauração e conservação dos bens, equipamentos ou espaços pertinentes à adoção.

§ 1º Na hipótese de haver mais de um interessado na adoção, terá preferência aquele com sede ou moradia mais próxima do bem, equipamento ou espaço a ser adotado.

§ 2º Em caso de disputa por adoção de determinado bem, equipamento ou espaço, a melhor proposta de adoção será aplicada como critério de desempate.

§ 3º Poderão ser formados grupos por entidades públicas ou privadas, para as adoções previstas nesta Lei.

Art. 4º A adoção será formalizada por meio de termo de adoção, celebrado entre o poder público municipal e o interessado em assumir as obrigações de manutenção, restauração e conservação dos bens, equipamentos comunitários ou espaços livres de uso público.

Art. 5º O termo de adoção especificará a obrigação das partes, o prazo, as regras de prorrogação e as sanções em caso de descumprimento.

Parágrafo único. As sanções previstas no termo de adoção não afastam a aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

Art. 6º Em contrapartida aos investimentos e serviços realizados, as pessoas físicas e jurídicas que celebrarem termo de adoção com



o poder público poderão veicular publicidade nos equipamentos e áreas adotadas, desde que o conteúdo e a forma sejam previamente autorizados pelo município.

§ 1º A autorização para veiculação de publicidade deve especificar o local, conteúdo e formato admitido.

§ 2º Fica proibida a veiculação de publicidade enganosa e abusiva, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

Art. 7º Compete à administração pública local, por meio de seus órgãos e entidades:

I – elaborar levantamento dos equipamentos e áreas disponíveis para adoção, ao qual se dará publicidade;

II – fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas no termo de adoção;

III – fornecer especificações para a confecção das placas de publicidade;

IV – orientar os trabalhos de arborização e ajardinamento, quando couber.

Art. 8º São obrigações do adotante:

I – realizar a manutenção, restauração e conservação do objeto da adoção, na forma prevista no termo de adoção e às suas próprias expensas, vedada a utilização de recursos públicos para esta finalidade;

II – submeter previamente à avaliação do poder público municipal a proposta de publicidade a ser veiculada nos bens, equipamentos e espaços adotados;

III – apresentar, sempre que solicitado, o projeto executivo, cronogramas, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do responsável técnico do órgão de classe de registro ou outros documentos pertinentes;



IV – atender às notificações do poder público municipal na forma e no prazo estabelecidos no termo de adoção.

Art. 9º É facultado ao adotante o investimento em estruturas adicionais às previstas no termo de adoção, às suas próprias expensas e desde que previamente aprovadas pelo poder público municipal.

Art. 10. O inciso V do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea v:

“Art. 4º

.....

.

V –

.....

.

v) adoção de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

.....” (NR)

Art. 11. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida da seguinte seção:

“Seção XIII

Da adoção de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público

Art. 38-A. Lei específica de cada ente da Federação definirá os equipamentos comunitários e espaços livres de uso público de sua propriedade que poderão ser objeto de adoção por pessoa física ou jurídica.

§ 1º Considera-se adoção o conjunto de medidas para a manutenção, restauração e conservação de instalações públicas já existentes, relacionadas às áreas de educação, cultura, lazer e esporte, tendo como contrapartida a possibilidade de associação de nome, espaço de publicidade ou uso do direito de imagem do equipamento adotado.

§ 2º A publicidade associada à adoção de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público obedecerá aos parâmetros e critérios estabelecidos pelo Poder Público municipal ou distrital.

Art. 38-B. A adoção de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público por terceiros não afasta a



responsabilidade do Poder Público sobre a fiscalização dos serviços realizados.”

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2025.

Deputado YURY DO PAREDÃO
Presidente

